

O Impacto da Educação Ética no Ensino Superior: Considerações sobre a Dimensão Sociopolítica do Ofício do Professor

Manuel João Mungulume

Como citar: MUNGULUME, Manuel João. O Impacto da Educação Ética no Ensino Superior: considerações sobre a dimensão sociopolítica do ofício do professor. *In:* BERETA, Thaísa Angélica Déo da Silva; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael (org.). **Estudos sobre a formação ética na educação básica e no ensino superior.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 47-74. DOI:<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-397-7.p47-74>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

3.

O Impacto da Educação Ética no Ensino Superior: Considerações sobre a Dimensão Sociopolítica do Ofício do Professor

Manuel João Mungulume

Introdução

O presente estudo pretende refletir sobre o impacto da ética no ensino superior, sobretudo na atuação sociopolítica - docente. Partindo do princípio de que a ética se trata de uma dimensão fundamental para a compreensão humana e se constitui, sem dúvida, numa exigência básica para a prática docente, este capítulo tem como objetivo principal problematizar o papel da ética na formação docente, discutindo os seus limites e desafios, bem como questionar a tríade relação: *docente, universidade e sociedade*. Com isso, pretende-se dimensionar o contributo e o alcance dessa tríade na esfera acadêmica e sociocultural.

O trabalho far-se-á baseado no seguinte questionamento: “a formação docente é vista numa perspectiva que considere a conduta ética”? Assim, espera-se contribuir com uma educação axiológica e plural que vise alcançar os desafios reais que afetam o cotidiano, quer na formação bem como na prática docente.

Avaliar ou problematizar a tríade relação: *docente, universidade e sociedade*, possibilita compreender o impacto da ética na formação humana e estabelecer possíveis orientações para uma educação efetivamente civilizada e democrática. Assim, tomar-se-á como base de análise o ofício docente, para discutir a função social das competências produzidas no ensino superior e como estas, alcançam os desafios reais de uma formação ética e moral que sirva de modelo para uma sociedade justa e democrática, pois como disse Morin (2003), é preciso adaptar a universidade às necessidades sociais.

As universidades contemporâneas, além de atender aos desafios e necessidades do mercado e da economia, também tem por missão integrar os valores éticos e morais que carrega consigo como uma discussão urgente e necessária. Nesse sentido, a educação axiológica emerge como modelo de ação, de procedimentos, no sentido de formar seres humanos que vão além de competências intelectuais, mas que alcancem valores éticos e morais que nos ajudem a construir uma sociedade mais justa, harmônica e democrática. Estamos cientes de que a assimilação de conhecimentos em si, por si só, não permite a mobilização de ações éticas que ajude os seres humanos a ser mais empáticos e democráticos; precisamos de saberes éticos, democráticos que reconheçam a identidade e o ser - estar do outro, assim, a educação axiológica na formação docente exerce um papel imprescindível na luta e na contribuição para alcançar estes objetivos.

Reconhecer a dimensão sociopolítica do ofício do professor continua sendo um desafio nas ciências cognitivas, assim como tornar a ética universitária como relevante na esfera social. Tal reconheci-

mento se efetiva numa construção dialógica como proposto por Habermas. Os conhecimentos condicionados e discutidos no espaço universitário, às vezes enfrentam desafios na sociedade, ou porque os conhecimentos universitários estão acima da esfera micro social ou às vezes por falta de um diálogo amplo que alcance os desafios reais e práticos. Aqui entra a importância de haver a esfera pública para tratar os nossos dissensos, o que Habermas denominou de teoria do agir comunicativo como forma ou estratégias de alcançar o consenso (Habermas, 2003). Diante de tudo isso, pretende-se neste estudo discutir o papel social das universidades, e problematizar a dimensão sociopolítica do professor universitário, e analisar a sua função social enquanto agente da contribuição social. Com certeza, não são perguntas fáceis, mas pretende-se traçar os desafios da educação em valores e seus limites, enquanto fundamento da educação democrática. A fundamentação metodológica a ser utilizada neste trabalho será basicamente revisão bibliográfica, introduzindo as noções básicas do conceito da ética, destacando a relevância de uma educação axiológica na formação docente. E por fim, refletir sobre o papel social da ética na formação docente. Assim, espera-se contribuir com os fundamentos da educação em valores e traçar alguns desafios dessa educação e os seus entrelaçamentos com as metodologias ativas.

Reflexões Sobre a Competência Moral na Formação Humana

A competência moral é uma categoria que inclui todos os aspectos da constituição humana: bio-psico-social. Neste sentido, Oliveira, afirma que o juízo moral, prepara as bases do conceito de competência moral como a,

capacidade de realizar estes “valores morais” com base em princípios morais internos e agir de acordo com tais juízos. Uma conduta é considerada moral quando guiada por princípios morais internos, maturidade moral demonstrase por uma competência racional desenvolvida. A competência racional busca o significado do princípio no contexto concreto. (OLIVEIRA, 2014, p. 34).

De acordo com Bataglia, et al, (2010), o pensamento autônomo é regido por princípios morais e éticos e não por regras sociais, que só serão aceitas se estiverem fundamentadas em princípios e valores gerais. Assim, o pensamento tem uma relação de interdependência com as ações e a autonomia da vontade do sujeito, o que segundo Kant se caracteriza por agir sem nenhuma regra externa imposta, mas sim, ser capaz de “seguir uma regra livremente imposta pela própria razão”. (KANT, 2004, p. 21-22). Tal pensamento contribui para os estudos da competência moral, pois, incide numa perspectiva em que o sujeito demonstre sua competência, uma vez que impõe a ele limites ao seu próprio potencial. O grande foco de Kohlberg (1981), era de discutir o raciocínio moral dos sujeitos, e a sua preocupação não estava em discutir a prática moral dos indivíduos, mas sua capacidade cognitiva de avaliar, argumentar e refletir sobre aspectos morais. Assim, para este autor, o raciocínio moral é uma competência cognitiva, necessária, mas não suficiente para determinados tipos de motivação e conduta” (KOHLBERG, 1981, p. 6).

Nessa perspectiva, Rego (2003), ao interpretar o conceito de raciocínio moral proposta por Kohlberg, afirma que, a prática moral envolve outros elementos que não apenas a capacidade do indivíduo

de análise cognitiva da questão, excluindo aspectos como o controle de impulsos e o caráter. Assim, estabelecendo como única hierarquia valorativa no desenvolvimento moral, o grau de autonomia do indivíduo expresso é por sua competência de raciocinar moralmente. Estes, constitui na interpretação de Rego, os exames da questão específica da capacidade cognitiva de pensar moralmente. (REGO, 2003, p. 102). Portanto, tais movimentos de raciocínio morais estabelecem um valor para desenvolvimento inter-relacionados.

O desenvolvimento da Competência Moral e, também, da competência democrática envolve um processo de maturação e de construção, à medida que a criança aprende com as suas próprias experiências e vivências sociais e culturais. Este progresso possibilita o nível superior de vincular os seus objetos de aprendizagem e da prática dialógica para a resolução dos conflitos. O desenvolvimento da competência moral implica numa formação embasada em habilidades éticas e morais que

Segundo Oliveira (2014),

Os métodos de intervenção pedagógica, baseados na psicologia cognitivo- evolutiva para a promoção do desenvolvimento moral - têm como foco principal, o desenvolvimento do agente moral competente, uma vez que, buscam desenvolver a competência moral, já definida por Kohlberg como a capacidade de realizar juízos morais com base em princípios morais internos e atuar segundo tais princípios. Além disso, na psicologia cognitivo- evolutiva há a preocupação, com a construção de um instrumento de avaliação, com evidências objetivas do

impacto do processo educacional sobre a competência moral. (OLIVEIRA, 2014, p. 16).

Na sua ética discursiva, Habermas pressupõe uma competência comunicativa e o exercício da competência moral, na medida em que são tematizadas questões morais. Para ele, competência comunicativa é a expressão do pensamento lógico e moral. O que se denomina pensamento socializado ou inteligência comunicativa é a faculdade da razão que, com o desenvolvimento cognitivo e afetivo, permite a comunicação de ideias e dos próprios pensamentos, considerando os pontos de vista dos agentes, seu nível de informação, seus interesses, sua condição de compreensão. (HABERMAS, 1989, p. 143).

No ensino superior, tanto as propostas de Kohlberg (1981), como a de Habermas (1989), ambos servem de modelo para a construção de uma democracia deliberativa, e como a expressão dos princípios de formação e de autonomia moral do sujeito, servindo-se assim, como ferramenta de resolução dos conflitos na relação social de sujeitos.

O papel da ética na universidade

O princípio da responsabilidade proposto por Hans Jonas critica o antropocentrismo e coloca a natureza como sujeito das nossas atenções. Ou seja, não é apenas o homem que merece as nossas atenções nos debates éticos, mas também, toda a natureza cósmica, pois segundo o autor, se o homem não cuidar da natureza o futuro da humanidade estará comprometida. (JONAS, 2006). Tanto a

universidade como a sociedade devem refletir sobre os valores da natureza. Assim, para Jonas,

Precisamos saber que o ser humano antes de tudo deve ser equilibrado, isto é, elevar os conhecimentos construídos até então, e renovar o saber da essência do homem e sua posição no universo, que nos diga o que se pode admitir na futura condição humana e o que há que evitar a todo custo. Criar bases para um saber de solidariedade humana, especialmente à obrigação para com o futuro e integridade das futuras gerações. (JONAS, 2013, p. 83).

Assim, o papel da universidade seria elevar a consciência de pensar abrangente para um agir democrático sobre a natureza e criar uma cultura de um agir sustentável e harmônico. É nesta ordem de ideia que segundo Morin (2003), a universidade deve nos instigar de modo a refletir sobre nosso destino físico e terrestre, pois, ela ainda não tirou as consequências da situação marginal, periférica de nosso planeta perdido e de nossa situação nesse planeta. No entanto, é no cosmos que devemos situar nosso planeta e nosso destino, nossas meditações, nossas ideias, nossas aspirações, nossos temores, nossas vontades. (MORIN, 2003).

Portanto, a ética funda-se nos princípios do respeito, da justiça e da solidariedade. Todos e cada um deles apontam para a necessidade do reconhecimento do outro (sociedade), entretanto, se observarmos bem, com muita frequência deixamos de fazê-lo. Passamos pelas pessoas como se elas não existissem, deixamos de ouvir o que elas nos dizem, vamos adiante com o nosso discurso sem

considerar a palavra, as ideias e os sentimentos dos outros. (RIOS, 2009, p. 17-18).

O grande desafio da formação universitária é de analisar a sua própria formação e os valores éticos da sua contribuição social. A ética universitária deve adaptar-se às necessidades da sociedade contemporânea e realizar sua missão de criação e inovação de conservação, transmissão e enriquecimento de um patrimônio cultural, sem o que não passaríamos de máquinas de produção e de consumo. Tudo isso, leva Morin (2003), a propor uma reforma de pensamento moral que permitirão a todos e a cada um reconhecer a identidade humana.

A reforma da Universidade não poderia contentar-se com uma democratização do ensino universitário e com a generalização do status de estudante. Falo de uma reforma que leve em conta nossa aptidão para organizar o conhecimento – ou seja, pensar. A reforma de pensamento exige a reforma da Universidade. (MORIN, 2003a, p. 83-84).

Para Morin (2003), a universidade tem a missão de adequar o ensino e a pesquisa às demandas econômicas, técnicas e administrativas do seu tempo. A reforma, que Morin propõe, incluiria uma reorganização geral para a instauração de faculdades, departamentos ou institutos destinados às ciências que já realizaram uma união multidisciplinar em torno de um núcleo organizador sistêmico com a finalidade de alcançar os problemas sociais.

Isso tudo, nos faz refletir da seguinte maneira: Podemos imaginar uma Faculdade que ensine os estudantes a saber lidar com

os problemas globalizados? tais como, a preservação dos valores éticos e humanos que garante a harmonia social? Seria esta a universidade do amanhã, da qual Morin propõe? Na ótica de Morin (2003), a universidade deve se pautar por diversos pressupostos dos diferentes saberes e para torná-los comunicantes. Só assim, de acordo com Morin (2003), o conhecimento fluiria da racionalidade, à cientificidade, à objetividade, à interpretação e à argumentação; Ele elaboraria os dispositivos que iriam permitir as comunicações entre as ciências antropológicas e as ciências da natureza. Portanto, a ética, enquanto um princípio intrínseco de valores humanos deve garantir prudência dessa mediação entre a pesquisa e a sociedade; e deve também tornar-se um princípio global e necessária em conjunturas de crise que estamos inseridos e vivenciando. Deste modo, ainda segundo Morin (2003),

é preciso promover o princípio moral segundo o qual os meios devem estar de acordo com as finalidades, mas a concepção complexa da circularidade entre fins e meios nos indicou que, em casos limites, meios "maus" tornam-se indispensáveis para salvar do pior. (MORIN, 2003b, p. 143).

Assim, a missão de ensino não é transmitir o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre. (MORIN, 2003a, p. 11).

A função social da ética no ensino superior comporta a emancipação da autonomia moral dos indivíduos, na medida em que

equipa o outro na maneira de ser, agir e estar. O finalismo ético no ensino superior deve contribuir para um caráter mais original da condição humana. A universidade como instituição a serviço da sociedade deve criar uma linguagem que transmita um saber democrático e que fortaleça a harmonia social, pois ela não serve enquanto exibição de seus poderes, mas deve garantir fundamentos éticos de harmonia social.

A universidade, enquanto instituição de formação social, deve mergulhar profundamente no desafio da coletividade social, entendendo os dilemas vivenciados em cada época, e assim, propiciar um ambiente de discussão moral e ética abrangentes. Neste sentido, a educação escolar deve contribuir para a consciência da condição humana e o aprendizado da vida, reencontraria, assim, sua grande e profunda missão. Conforme Morin (2003),

a universidade deve ser uma força de interrogação e de reflexão dirigida não apenas aos conhecimentos e à condição humana, mas também aos grandes problemas da vida. Nesse sentido, o espaço acadêmico deve estimular, em tudo, a aptidão crítica e autocrítica, insubstituíveis fermentos da lucidez, e exortar à compreensão humana, tarefa fundamental da cultura acadêmica. (MORIN, 2003).

Assim, a dimensão sociopolítica do ofício do educador deve favorecer a aptidão natural da mente, emancipar a autonomia moral e ética do aluno, de modo que este, consiga criar autoconhecimento. O grande desafio do ofício de um educador é de estimulá-la ou despertá-la, de encorajar, de instigar a aptidão interrogativa e orientá-

la para os problemas fundamentais de nossa própria condição e de nossa época.

A importância da ética no ofício do educador: fundamentos de uma educação em valores

A educação baseada em valores é fundamental quando se trata de uma formação humana. Segundo Pacheco (2012), a questão dos valores é absolutamente fundamental para o Homo Sapiens Sapiens, pois, no fundo, somos Homo Moralis, Homo Ethicus ou mesmo Homo Valens; qual seja, não é possível pensar se com rigor a existência humana sem um conjunto de valores de referência. Ainda segundo este autor, valor é um fim, algo para o qual a ação humana pode e deve se dirigir, aquilo que “vale a pena”; valor é o que dá sentido à atividade e, no limite, à vida. (Pacheco, 2012). Daí que pretende-se neste texto contribuir e analisar o ofício do educador baseada em valores que fundamentam uma educação concreta no âmbito da vivência educativa. Nesta análise enfatizamos a potencialidade da educação axiológica como uma proposta formativa que ajude na reorganização curricular e como uma estratégia prática para fomentar uma Educação para a cidadania ativa”. Como afirma Pacheco,

Quem nunca viu uma criança furando a fila da merenda?
Quem nunca viu a família dessa criança jogando lixo na
rua e entupindo os bueiros? Até que ponto a escola pode
apenas promover uma inútil acumulação cognitiva e se
demitir da função de educar? (PACHECO, 2012, p. 29).

Tratando -se da educação como um ato civilizacional, a ética é um elemento imprescindível na prática educativa. Assim, a educação em valores torna -se numa ferramenta fundamental na e para a construção de saberes éticos, morais e democráticos. Destacando a origem da palavra ética ou *ethos*, que deriva do grego *ethos* (*caráter, modo de ser de uma pessoa*), representa um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade. (CORTINA, 2005).

O conceito da ética e da moral coloca a universidade e a formação docente como agentes de extrema responsabilidade dentro e fora dela. Parafraseando o professor Pacheco (2012), o sistema educacional atual, somente presta atenção no desenvolvimento do cérebro e não o desenvolvimento moral. Porque, se a escola não é o primeiro lugar para se educar o indivíduo, também não deverá ser o primeiro lugar para deseducá-lo; mas um lugar e tempo de aprendizagem de valores. Daí que,

a ideia da profissão docente não deve ser vista, só no plano do conhecimento, mas também no plano da ética. Não há respostas feitas para o conjunto de dilemas que os professores são chamados a resolver numa escola marcada pela diferença cultural e pelo conflito de valores. Por isso, é tão importante assumir uma ética profissional que se constrói no diálogo com os outros colegas. (NOVOA, 2009, p. 41).

Tudo isso demonstra a importância de fomentar a educação em valores na academia, e eticamente falando, tanto as escolas bem como as universidades têm como grande desafio de formar uma nova

sociedade, ou virá aquilo que Pacheco denominou de um tsunami que poderá arrasar tudo pela frente, pondo em perigo mortal a nossa própria existência no planeta. (PACHECO, 2012). Portanto, introduzir ou ensinar a educação em valores torna-se hoje uma grande realização política e ao mesmo tempo se configura como grande desafio na prática educativa. Como bem aponta Vásquez (2018),

existe uma relação intrínseca entre a moral do educador, a do seu perfil como educador, isto é, não existe educador sem moral como queira maquiavel e a moral sem política ou vice-versa. Essa dissociação é impossível na atuação do perfil do professor. A competência antecede a sua conduta ética e moral quer dentro da sala de aula ou fora dela. (VÁSQUEZ, 2018, p. 297).

Essa relação entre a ética e a política se realiza no cotidiano dos indivíduos onde se desdobram suas virtudes – justiça, prudência, amizade. Assim, o ofício do educador é uma participação direta ou indireta nos assuntos da pólis a medida que ensina os valores e princípios que visam ao alcance da comunidade. As virtudes morais do indivíduo somente podem ser alcançadas com sua participação comunitária. O ofício do educador é um ato de emancipação moral e política dos indivíduos, e a sua conduta devem aspirar uma verdadeira emancipação da formação e do crescimento humano a fim de, expor um saber democrático e afetivo sobre a dignidade humana.¹

¹ Tudo isso, de acordo com Vásquez (2018) visa encontrar uma necessária igualdade e da justiça social, assim como com os da liberdade real, da democracia efetiva e da dignidade humana; dando, pois, seu próprio conteúdo aos fins de uma política emancipatória. Uma vez que a moral e a política são meios adequados para a realização humana. O que nas suas

Um educador além de ter o domínio dos conteúdos deve ter um senso de sabedoria prática ou caráter virtuoso. Vivemos num contexto em que os programas exigem muitos aspectos cognitivos teóricos relacionados ou tidos como um meio de alcance exclusivo de qualidade no campo educacional e as vezes não prestamos atenção em aspectos éticos e morais, razão pela qual a ética não é considerada uma disciplina básica na prática educativa, quer nas escolas ou mesmo dentro das faculdades. A pergunta que fazemos é, por que a ética e moral não são disciplinas basilares se a sociedade depende da ética para ter uma convivência harmoniosa e civilizada?

A democratização da educação em valores consiste basicamente numa reforma epistemológica que não se restringe apenas numa formação que foca em transferir conhecimento, mas também que difunde e emancipa educação ética, moral e cívica para que os alunos sejam inseridos ativamente como cidadãos da polis que adere uma competência teórica, mas também prática como queira Cícero, “*não basta ter conhecimento, é preciso saber usá-lo*”. É nessa premissa que se baseia a educação em valores; formar sujeitos que atuem ativamente na esfera cultural e social. Portanto, quando a educação em valores é aceita, implementada e em certa medida surte efeitos, é porque ela é apoiada por uma fração suficiente da opinião pública, da classe política e do mundo da escola. Em suma, para uma efetivação de uma educação em valores no contexto escolar, isso

próprias palavras, trata-se, portanto, da moral que não se encerra em si mesma; que não se amuralha no santuário da consciência individual; que, pela mão da política, vai à praça pública e que, socializando assim seus valores, impregna a ação coletiva, propriamente política; uma ação que por ser tal não pode se reduzir a uma dimensão moral individual. (Vásquez, 2018, p. 298).

dependerá da força do pensamento sistêmico e da vontade política que faz com que a formação dos docentes não seja algo meramente cognitiva, mas sim humana, isto é, uma formação voltada para a formação humanística.

A dimensão sociopolítica de professor universitário

Muito se exige da intervenção política de um educar, além de contribuir para uma formação ética e humana, também deve pautar por conhecimentos e competências que ajudem o aluno a desenvolver autonomia, criatividade e intervenção ativa na esfera social. Nesta secção iremos propor e discutir duas dimensões, da moral e a da competência. Portanto, a moral e a competência constituem duas dimensões que fundamentam a identidade do professor. Segundo Nóvoa (1992, p. 16),” tal identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto, [...] é um lugar de desafios e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão”. Por isso que para este autor, a identidade deve ser vista como algo construído nos limites da existência social dos indivíduos. Assim, o educador ganha sua identidade de reconhecimento na sua atuação, e assim, não se espera somente um perfil dotado de conhecimento, mas também de um agente moral que oriente um agir cívico, uma vez que, a identidade tem, assim, um caráter de complementaridade, vendo, sendo e agindo. Como afirma Rios (2009),

Quando afirmamos que “somos professores universitários”, procuramos corresponder a algo que se encontra

no imaginário das pessoas em nossa sociedade. Somos professores num espaço diferenciado. É preciso pensar, então, antes de mais nada, no contexto no qual desenvolvemos nosso trabalho. (RIOS, 2009, p. 10).

Nesse contexto, a dimensão de competência está restritamente relacionada com a questão moral, isto é, o ser social do professor. Assim, o contexto universitário² trata-se de um espaço institucional da educação de valores e princípios que, se articulam ou pelo menos que deveriam se articular com o ensino de valores, e que tenha como finalidade de formar profissionais democráticos, críticos e criativos. A ética na docência universitária deve ser um caminho capaz de construir uma sociedade sólida, democrática e solidária, possibilitando uma formação de nova concepção de vida e de uma sociedade, voltadas para o bem comum, ajudando uns aos outros para e na realização pessoal dos indivíduos. A universidade como centro de produção de conhecimentos, saberes e fazeres novos, deve estar na busca de uma visão de totalidade, de racionalidade e da universalidade. Em tudo isso, o espaço universitário se configura como uma instituição que leva à descoberta de novos saberes. É nessa ordem de ideia que os múltiplos significados da noção de competência que definem atuação de um educar devem promover a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar a autonomia moral do aluno, isto é, a formação tem como finalidade de emancipar as potencialidades dos

² Segundo Silva (1991), a universidade tem o significado etimológico profundo de “tornar um”, ou seja, de expressar /articular a diversidade na unidade, que representa, em última instância, sua missão histórica e razão de ser. (SILVA, 1991, p. 39).

indivíduos.³ A experiência da formação ética humana deve mobilizar as ações concretas de conhecimentos, isto é, construir uma hipótese e verificá-la; Identificar, enunciar e resolver um problema que aflige o cotidiano social, ou ainda todas as competências manifestadas por essas ações. Ainda segundo Perronoud (1999), a dimensão sociopolítica de competência de um educador consiste em

pôr em relação seu conhecimento do direito, da jurisprudência, dos processos e de uma representação do problema a resolver, fazendo uso de um raciocínio e de uma intuição propriamente jurídicos. Da mesma maneira, um bom médico consegue identificar e mobilizar conhecimentos científicos pertinentes no momento certo, em uma situação concreta que, evidentemente, não costuma apresentar-se como "um problema proposto em aula" para o qual bastaria encontrar a "página certa em um grande livro" e aplicar a solução preconizada. Que o clínico disponha de amplos conhecimentos (em física, em biologia, em anatomia, em fisiologia, em patologia, em farmacologia, em radiologia, em tecnologia, etc.) não é

³ Perronoud, explica a noção da competência com um exemplo prática na atuação de médicos da seguinte forma: "As competências clínicas de um médico vão muito além de uma memorização precisa e de uma lembrança oportuna de teorias pertinentes. Nos casos em que a situação sair da rotina, o médico é exigido a fazer relacionamentos, interpretações, interpolações, inferências, invenções, em suma, complexas operações mentais cuja orquestração só pode construir-se ao vivo, em função tanto de seu saber e de sua perícia quanto de sua visão da situação. Uma competência nunca é a implementação "racional" pura e simples de conhecimentos, de modelos de ação, de procedimentos. Formar em competências não pode levar a dar as costas à assimilação de conhecimentos, pois a apropriação de numerosos conhecimentos não permite, ipso facto, sua mobilização em situações de ação". (PERRONOU, 1999, p. 5).

senão uma condição necessária de sua competência (PERRENOUD, 1999, p. 5).

O reconhecimento da dimensão sociopolítica do ofício de um educador continua sendo um desafio na esfera social, pois além de assumir multiplicidade de tarefas na formação humana, também assume de maneira holística o desenvolvimento pessoal e moral, a educação para a cidadania e para os valores. Portanto, o dever moral do ofício de um educador é a missão de assegurar a educação moral e a instrução cívica dos valores aos alunos para atuarem de forma democrática na sociedade.

Rios (2009), acrescenta que a dimensão política do educador é marcada pelos valores da sociedade na qual se encontra o indivíduo - há uma hierarquia na valorização das profissões. Com relação ao papel de professor, verifica-se que, ao lado do discurso que chama atenção para o valor da profissão docente, há uma atitude de desconsideração, que se revela nas más condições de trabalho, nos baixos salários e no pequeno investimento em sua formação inicial e continuada. Assim, neste discurso, a ética tem um desdobramento que se desencadeia na competência, na moral e no status da profissão.

Aqui, cabe pensar no significado da presença da ética na formação e na docência universitária como as dimensões da competência técnica, estética, política e ética. Assim, segundo Rios (2008, p. 17), tornam-se mais claras as exigências para um trabalho docente de boa qualidade: além do domínio de conhecimento de uma determinada área e de estratégias para socializá-lo, um conhecimento de si mesmo e dos alunos, da sociedade de que fazem parte, das características dos processos de ensinar e aprender, da

responsabilidade e do compromisso necessário com a construção da cidadania e do bem comum. A dimensão sociopolítica da atuação de um educador numa esfera ética deve questionar a finalidade do próprio trabalho formativo e educativo, a sua significação, o seu sentido, recorrendo a pergunta clássica no diálogo platônico com famoso aluno Menon, para que ensinar? Para que realizamos nosso trabalho? Esta indicação nos leva a desenvolver valores necessários no ofício da profissão, e assim, a Ética na docência universitária desempenha o seu real valor enquanto uma prática individual e coletiva.

Desafios da ética para uma educação inovadora: fundamentos das metodologias ativas

A presença da ética quando se fala das metodologias ativas, envolve uma avaliação ética pois conta com as tecnologias digitais ou a internet. Aqui questionamos a forma do seu uso e da sua finalidade, ou seja, a pesquisa que se realiza por meio das metodologias ativas está levando a uma ampliação do conhecimento ou da qualidade do conhecimento dos alunos. O espaço da ética na educação pode acontecer em qualquer lugar e a qualquer hora, tendo como referência professores reais ou virtuais. Aqui estamos pensando na sala de aula invertida, que consiste em apresentar o conteúdo fora de ambiente escolar. E isso pode se efetuar por meio da internet, como aponta Novoa,

a tecnologia como a chave para a educação do futuro: “As escolas, tal como as conhecemos deixarão de existir. No seu

lugar, haverá centros de aprendizagem que funcionarão sete dias por semana, 24 horas por dia. Os estudantes terão acesso aos seus professores, mas a distância. As salas de aula passarão a estar dentro dos seus computadores”. Frases deste tipo ouvem-se todos os dias. É um futuro que os enormes avanços na produção de “ferramentas” interativas de aprendizagem tornam cada vez mais possível. (NOVOA, 2009, p. 75).

O uso dessa tecnologia digital deve se submeter aos crivos da ética, daí que é de extrema importância formar para uma cidadania ética e moral. A ética como uma dimensão humana que regula a harmonia social que considera o princípio do conhecimento que está ligado à transitoriedade, que segundo Piaget (1992), está ligado aos estágios do desenvolvimento do ser humano; que são os quatro períodos no processo evolutivo da espécie humana, que são caracterizados por: sensório-motor, pré-operatório, operações concretas e operações formais. Portanto, o desenvolvimento cognitivo é condição necessária ao pleno exercício da evolução ou da cooperação no processo do desenvolvimento ou da formação humana.

Segundo Moran (2018), as tecnologias digitais são um desafio para a construção de conhecimento na escola, não somente pelo conhecimento e apropriação das próprias ferramentas, mas também pelo impacto no registro, pesquisa e nos diversos procedimentos de estudo. A sua presença para fomentar a aprendizagem significativa é inquestionável, como afirmam os autores Bacich e Moran (2018),

É importante, então, que as ações planejadas visando à formação do aluno para o uso do digital promovam a

autonomia e a crítica e não atendam apenas os apelos comerciais do mercado. Uma das vertentes de uso das tecnologias digitais na escola em que foi realizada a pesquisa são alguns dos cursos extracurriculares oferecidos ao ensino fundamental. Esses cursos pretendem complementar o currículo com atividades que vão desde a prática de esportes até as práticas culturais, como teatro, música e leitura, passando também por propostas com maior diálogo com o currículo, como as práticas de investigação científica e os desafios matemáticos. Há um leque amplo que se atualiza a cada semestre, em função dos interesses e das potencialidades de cada faixa etária. (BACICH; MORAN, 2018, p. 216).

Toda a inovação no processo de ensino-aprendizagem é fundamental, pois viabiliza práticas sociais atuais, que precisam ser tematizadas e experimentadas no contexto de educação escolar. Já Hannah Arendt, nos seus manuscritos sobre a educação moderna, afirmava que os *modus operandi*, socialmente, cria e concebe a educação que se tornarão dominantes na sociedade do século XX. Assim afirma a autora,

[...]Todos, dentro e fora das escolas, somos herdeiros destas “teorias modernas da educação que vêm do centro da Europa e que consistem numa salganhada surpreendente de coisas sensatas e de disparates, as quais contribuíram para revolucionar de alto a baixo o sistema de ensino sob a bandeira do progresso da educação” (ARENDR, 1972, p. 229).

Assim, nesse processo de inovação educacional para a formação humana surgem várias dimensões éticas sociais e culturais como métodos ou estratégias que buscam uma interação melhor neste processo e desafio educacional. As metodologias ativas desempenham um papel muito importante na prática educativa, promovendo a consciência e o desenvolvimento humano, permitindo ao indivíduo apropriar-se e colocar-se no interior da busca consciente da informação.

Essa prática da formação do sujeito, aplica-se na aquisição de novos conceitos, como um desdobramento da construção de novos valores e da construção da própria identidade. Assim, Segundo Moran (2018), todos estes processos, buscam transformar o ensino em um processo mais dinâmico e próximo à realidade extraescolar. Apesar dessas percepções, no início do desenvolvimento do currículo com base nessa proposta,

o foco da compreensão dos professores sobre a organização curricular privilegiava a formação acadêmica e conceitual dos alunos. Com as ações de formação e as reflexões realizadas no coletivo, a formação integral do aluno (considerando, além da formação acadêmica, os aspectos relacionais e o desenvolvimento de habilidades) passou a ser objetivada e entendida como a meta dessa proposta, demonstrando a transformação da atividade. (MORAN, 2018, p. 381).

Este constitui a compressão primordial das metodologias ativas como prática ou complemento de aprendizagem significativa; assim, se configura como a percepção do conhecimento para o aluno,

o que coopera para a transformação das concepções, tanto do conhecimento bem, como das habilidades construídas a fim de uma mudança de percepção e para uma formação integral e democrática.

Considerações Finais

Este trabalho abordou sobre as dimensões sociopolítica do perfil de um educador numa perspectiva da ética axiológica, e com o desdobramento sobre a reflexão da competência moral na formação humana. Este tema procura enfatizar e destacar o papel da ética na prática da formação humana, ou seja, não pode existir uma formação integral com a ausência das questões éticas. A valorização da experiência ética e estética na universidade é desafio que precisa ser colocado em discussão na esfera de formativa, já que a ética não consta como uma disciplina autônoma nos currículos acadêmicos, isso o que nos leva a questionar a relevância das discussões éticas, políticas e morais, na esfera acadêmica.

Será que existe uma resistência para abordar a ética e moral como disciplina básica ou trata-se da falta de vontade política? Contudo, pensa-se que a ética é uma disciplina fundamental que serve para preparar os jovens no mercado de trabalho e no mundo (saber ser, estar e fazer), observando os códigos da moral. A universidade, por ser uma esfera de pequena sociedade e o professor é um agente mobilizador de ideias sociais, daí que a categoria moral deve ajudar os cidadãos a viverem seu destino de defender e promover valores da autonomia e da consciência. Assim, tanto as universidades bem como a pesquisa devem ser sempre abertas e plural e primado da verdade sobre a utilidade cultural e social e tendo a ética como elemento que

deve acompanhar o processo formativo e de conhecimento; donde essa vocação expressa pela mente interventiva e crítica.

Assim, o impacto da ética na formação universitária deve, ao mesmo tempo, adaptar-se às necessidades da sociedade contemporânea e realizar sua missão transecular de conservação, transmissão e enriquecimento de um patrimônio cultural, sem o que não passaríamos de máquinas de produção e consumo. Outro desafio não menos importante é de situar as dificuldades de aprendizado no centro do projeto educacional, isto é, dentro e fora dela. A importância da educação ética e moral ou educação em valores é de considerar os principais problemas que a escola enfrenta, e isso está diretamente ligado aos desafios do ofício do educador, que deve instruir os jovens no caminho real sobre a sua formação, singularidade e identidade tanto do ponto de vista da ética, bem como sujeito que atua na sociedade.

Referências

ARENDDT, H. **A crise na educação**. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em 01 de junho de 2021.

BACICH; MORAN. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BATAGLIA, P. U. R. et al. **A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil**.

Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

BIAGGIO, Ângela Maria Brasil. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. São Paulo, ed. Moderna, 2002.

BOCK, Ana Mercê. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13ed. Editora Saraiva, SP, 2001.

CORTINA, Adela. **Ética**. São Paulo, Ed. Loyola, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes; 2012. v. 1.

KANT, Emanuel. **Metafísica dos costumes**. Portugal, Lisboa, 2004.

KOHLBERG, L. **Essays on moral development**. v. I: the philosophy of moral development. New York, 1981.

JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. editora PUC, Rio. 2006.

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Porto Alegre, Sulina, 2015.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NÓVOA, António. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. Sinpro/SP, 2007.

PACHECO, José. **Dicionário de valores**. 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2012.

PIAGET. **Psicologia e pedagogia**. Editora forense, Rio de Janeiro, 1992.

REGO, S. Teoria do Desenvolvimento Moral de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg. In: **A formação ética dos médicos: saindo da adolescência com a vida (dos outros) nas mãos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 75-102.

RIOS, Teresina Azeredo. **Ética e competência**. 20 ed. SP, Cortez, 2011.

_____. **Ética na docência universitária: a caminho de uma universidade pedagógica?** São Paulo, 2009.

RUSS, Jaqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 1999.

SÁNCHEZ, Vásquez, Adolfo. **Ética**. 38ed. Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Luiz Eduardo Potsch de Carvalho. A universidade no terceiro milênio: desafios, missão histórica e novos paradigmas numa perspectiva planetária. In SILVA, L. E. P. C. et al. **Propostas para uma universidade no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991, p.19-106.

OLIVEIRA Márcia Silva de. **Estudo sobre o desenvolvimento da competência moral na formação do enfermeiro.** Rio de Janeiro, 2014.

